



14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 16 – Educação, Diversidades, Diferenças e inclusão social

O rap como práxis antirracista no ensino de sociologia: Uma experiência de pesquisa-ação no ensino médio

Priscila Saraiva ¹

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma experiência de intervenção pedagógica durante as aulas de sociologia na educação básica em uma escola² localizada na região metropolitana de Curitiba. A intervenção pedagógica estruturou-se em três oficinas, partindo do tensionamento do mito da democracia racial e das particularidades do racismo brasileiro (marcado pela omissão da branquitude e pela persistência das desigualdades que incidem sobre a população negra) e utilizou o rap, enquanto linguagem das juventudes periféricas, constituindo-se como práxis antirracista.

¹ Mestranda em Ensino de Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e em Letras pela Faculdade de Educacional da Lapa (FAEL). Especialista em Ensino de Sociologia pela Faculdade IBRA. Professora da Educação Básica na Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR). E-mail: priscilasaraiva@ufpr.br

² Por razões éticas e em estrita observância às normativas de pesquisa com seres humanos, o nome do município e da instituição de ensino foram deliberadamente suprimidos para resguardar a identidade e a privacidade dos estudantes participantes desta intervenção pedagógica.

Ao adotar uma postura de homogeneização que ignora as assimetrias e as diferenças subjetivas, a escola estabelece uma uniformidade compulsória que desqualifica as referências identitárias dos discentes, sob o manto da neutralidade, novas formas de dominação e exclusão (Cavalleiros, 2001, p.84). Frequentemente, sustenta-se por meio da negação de sua própria existência, apoiando-se na ideia de que não há discriminação ou desigualdade racial no interior da escola. Esse apagamento, longe de ser neutro, reforça a crença na suposta igualdade entre os estudantes e reproduz, no campo educativo, a ideologia da democracia racial. Ao silenciar conflitos e invisibilizar hierarquias, tais discursos contribuem para a manutenção das desigualdades, ao mesmo tempo em que dificultam o reconhecimento e o enfrentamento do racismo como estrutura social (Munanga, 2005, 17).

Apesar do amparo legal da Lei nº 10.639/2003, o cotidiano escolar permaneceu marcado por silenciamentos e formas de violência simbólica que incidem diretamente sobre a subjetividade de estudantes negros e negras. Os estudantes que participaram desta pesquisa estão inseridos em rotinas exaustivas de trabalho e estudo, enfrentando condições precárias de inserção laboral e permanência escolar, realidade que evidenciou a presença de um "coronelismo urbano", no qual poder econômico e político se entrelaçam, interpelando o jovem negro como força de trabalho precarizada. Foi nesse cenário que a presente investigação se inseriu, buscando compreender de que maneira o rap, articulado às tecnologias digitais, poderia operar como dispositivo de inflexão crítica na experiência desses estudantes.

Diante disso, optou-se pela pesquisa-ação como abordagem metodológica, conforme René Barbier (2002), por possibilitar uma relação dialógica orientada à transformação da realidade. A investigação envolveu 44 estudantes do 2º ano do ensino médio, mobilizando o rap como linguagem de resistência e a inteligência artificial, por meio do aplicativo “Suno”, como ferramenta de mediação pedagógica. O objetivo foi analisar como a produção de letras autorais, musicalizadas com suporte algorítmico, permitiu tensionar o mito da democracia racial e promover a afirmação identitária dos estudantes. Para tanto, a pesquisa ancorou-se na Pretagogia de Sandra Petit (2015) e na perspectiva de bell hooks (2017), articulando produção de conhecimento, cuidado e autoria.

Os resultados revelam que a produção estética mediada pela tecnologia possibilitou o levantamento de reflexões críticas sobre identidade, pertencimento e as formas de segregação econômica e política das populações negras, além de iluminar o *modus operandi* do racismo explícito e implícito, permitindo assim a emersão de subjetividades insurgentes que ressignificam a experiência escolar a partir de referenciais identitários afirmativos. Defende-se,

portanto, que o ensino de sociologia pode constituir-se como uma práxis transformadora, capaz de articular cultura, tecnologia e crítica social na produção de novas formas de existência e pertencimento. O artigo organiza-se em quatro seções posteriores à introdução, referencial teórico, metodologia, análise dos resultados e conclusão.

REFERENCIAL TEÓRICO

A investigação no ensino de Sociologia, atravessada pelas relações étnico-raciais, exigiu uma articulação entre produções contemporâneas e a tradição crítica que historicamente analisou as desigualdades raciais no Brasil. Nesse sentido, a pesquisa-ação fundamentou-se em um campo teórico que compreendeu o racismo como fenômeno estrutural e produtor de subjetividades, um tipo de sintoma social patológico estrutural da sociedade brasileira, que se manifesta na subjetividade tanto de pessoas brancas quanto negras Kon (2017). Nesse contexto, a sociologia para a educação básica deve assumir um papel ético-político central: o de problematizar o conceito de raça, desnaturalizando heranças eugênicas ainda persistentes em narrativas de determinismos biológicos.

As contribuições de Virgínia Leone Bicudo (1945) evidenciaram os efeitos psicossociais do racismo, especialmente no que se refere ao anseio pelo branqueamento e à internalização de padrões brancos como referência de valor. A complexidade do isolamento como estratégia de ajustamento subjetivo é evidenciada por Bicudo (1945/2010, p. 102), ao observar que o sujeito negro “isola-se do branco para evitar o sofrimento de ser evitado pelo branco em certas situações sociais. Isola-se do preto em consequência do mesmo sentimento de inferioridade que o leva a lutar pela aceitação do branco “assim, o desejo de “ser branco” não se configura como escolha individual, mas como expressão de uma estrutura social que produz o apagamento simbólico como condição de pertencimento, o que dialoga com a noção de dupla consciência formulada por W. E. B. Du Bois (2021) e aprofundada por Frantz Fanon (2008), evidenciando a tensão vivida por sujeitos que se percebem a partir de um olhar racializado e hierarquizante. Essa dinâmica manifestou-se no que se compreende como “colonização do desejo”, processo pelo qual o racismo estrutural produz efeitos psíquicos profundos. É contra essa forma de “morte simbólica” que a educação antirracista se coloca, buscando transformar o silenciamento em consciência crítica.

Tal perspectiva é sustentada pela análise de Florestan Fernandes (1972) sobre as bases estruturais do racismo brasileiro e pela noção de “pacto da branquitude”, conforme Cida Bento

(2022), que elucida o mecanismo psicossocial de autopreservação no qual pessoas brancas se aliam, de forma tácita e institucionalizada, para proteger seus interesses e privilégios raciais.

No âmbito das microrrelações, essa hegemonia se manifesta por meio do que Adilson Moreira (2019) conceitua como racismo recreativo, o qual se instrumentaliza em três tipos de microagressões: os *microassaltos*, caracterizados por atos conscientes e propositais de desprezo que explicitam a hierarquia de valores entre os sujeitos; os *microinsultos*, que operam através de comunicações muitas vezes não propositais que denotam insensibilidade e superioridade em relação à identidade cultural do outro; e as *microinvalidações*, estratégia na qual se nega a relevância e a veracidade das experiências de opressão vividas pelas minorias. Sob a égide do humor, tais práticas funcionam como dispositivos de desestabilização subjetiva e controle social, perpetuando a exclusão de forma tácita e sofisticada (MOREIRA, 2019, p. 37).

No campo das produções recentes, estudos como os de Barbosa, Rosa e Totti (2021) indicaram o Rap como ferramenta de leitura crítica da realidade social, enquanto Corrochano e Ceriaco (2024) o situaram como instrumento de letramento racial. Nessa abordagem, saberes periféricos foram reconhecidos como formas legítimas de produção de conhecimento, deslocando os estudantes da condição de receptores para sujeitos ativos.

No contexto regional, Sacovicz (2023) evidencia a premência de práticas pedagógicas situadas que fomentem manifestações antirracistas no cotidiano escolar, sobretudo por meio de dispositivos que mobilizem a subjetividade discente. Sob essa ótica, compreende-se que a atividade docente transcende a mera execução técnica, transmutando-se em práxis quando fundamentada em uma organização teleológica. Conforme assevera Franco:

Uma aula só se torna uma prática pedagógica quando ela se organiza em torno: de intencionalidades, de práticas que dão sentido às intencionalidades; de reflexão contínua para avaliar se a intencionalidade está atingindo todos; de acertos contínuos de rota e de meios para se atingir os fins propostos pelas intencionalidades. Configura-se sempre como uma ação consciente e participativa. (FRANCO, 2015, p. 605).

Nesse sentido, as oficinas implementadas nesta pesquisa-ação foram delineadas como estratégias de fortalecimento identitário e de tensionamento da branquitude. Todavia, reconheceu-se que tais abordagens demandavam uma articulação mais densa com epistemologias que integrassem, de forma holística, as dimensões do corpo, do território e da ancestralidade,

Essa lacuna foi tensionada pela incorporação da "Pretagogia", referencial teórico-metodológico formulado por Sandra Petit (2015). Esta abordagem fundamenta-se nos valores da cosmovisão africana e nas tradições orais, estruturando-se a partir da seguinte premissa:

A Pretagogia valoriza por demais a construção coletiva do conhecimento, inclusive pela nossa relação com a educação popular, na qual nós fundadoras temos inserção. Em subgrupos e em coletivos maiores é que se atinge de modo geral maior heterogeneidade e riqueza de ideias, noções e conceitos, permitindo assim problematização e, sobretudo, a construção de relações comunitárias, algo muito valioso na cosmovisão africana, uma vez que eu só existo por meio dos outros, ou seja, alimento-me do convívio e da troca. A educação precisa dessa dimensão espiritual para gerar afetos transformadores (Petit, 2015, p.182)

Essa dimensão foi aprofundada pelas contribuições de bell hooks (2017), que concebeu a educação como prática de cura. A noção de autorrecuperação³ permite compreender o processo educativo como espaço de reconstrução subjetiva quando se trata de aspectos concretos da vida e no ato de autoamor a cura vem da produção artística atua como meio de enfrentamento das violências raciais.

No campo das tecnologias, embora estudos recentes apontem o potencial dos recursos digitais, a utilização da inteligência artificial ainda se apresenta como lacuna investigativa. O diálogo com Tarcízio Silva (2022) permite compreender que os algoritmos não são neutros, reproduzindo desigualdades raciais. Diante disso, a produção musical mediada por IA foi ressignificada como prática de soberania digital, na qual os estudantes passaram a atuar como sujeitos produtores de narrativas, tensionando as estruturas tecnológicas e sociais. Assim, a articulação entre Virgínia Leone Bicudo (1945), Sandra Petit (2015) e bell hooks (2017) permitiu consolidar um arcabouço teórico capaz de sustentar uma práxis pedagógica que integrou crítica social, produção cultural e transformação subjetiva.

METODOLOGIA

A presente intervenção pedagógica fundamenta-se na metodologia da pesquisa-ação, compreendida, segundo a perspectiva de René Barbier (2002), como uma práxis educativa que não se limita à observação passiva, mas implica uma implicação profunda da pesquisadora no

³ O Termo vem da cura do corpo, que é possibilitada pelo alimento-inhame cura do espírito realizado na roda-inhame de recuperação e regeneração. A autora escreveu sua obra as irmãs do inhame para mulheres negras no processo de autoajuda onde resposta está sempre no amor a si mesma parando de contracenar/alimentar as estruturas opressoras (capitalista, supremacista e racista) O amor como prática em irmandade que seja intencional e transformadora (hooks, 2017).

cerne da dinâmica social para transformá-la. A investigação foi conduzida em uma instituição da rede pública estadual situada na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), abrangendo um universo de 44 estudantes matriculados no 2º ano do Ensino Médio. O ciclo de oficinas, estruturado como dispositivo de escuta e criação, ocorreu durante o segundo semestre de 2025, período em que a imersão no campo permitiu tensionar as relações entre o currículo de sociologia e as subjetividades juvenis.

A materialização da proposta interventiva, estruturada sob o prisma da pesquisa-ação, delineou-se por meio de três oficinas sequenciais e interdependentes. Este ciclo configurou-se como uma estratégia de "escuta sensível" (Barbier, 2002), orientada para a desnaturalização das opressões sistêmicas e para o fomento da agência discente. concebidas como espaços de transposição didática e de construção coletiva de saberes. A seguir, pormenoriza-se a engenharia metodológica de cada etapa, explicitando as provocações teóricas, o uso de recursos tecnológicos e as dinâmicas de mediação que conferiram substância à práxis sociológica no cotidiano escolar.

1) OFICINA I: O Olhar Sociológico e a Desnaturalização do Racismo Estrutural

O objetivo foi transpor a percepção do racismo do campo meramente moral e individual para o campo das estruturas de poder. Para tanto, os discentes foram instigados pela provocação: "O problema do racismo é de quem o sofre ou de quem estruturou a sociedade e se beneficia disso?". Fundamentada na sociologia crítica de Florestan Fernandes (2008) e na análise sobre o pacto da branquitude de Cida Bento (2022), a atividade utilizou o recurso tecnológico Mentimeter para a geração de uma nuvem de palavras anônima

Longe de uma função puramente estética, a nuvem constitui-se como dado empírico, em que a proeminência visual de termos como SISTEMA e LUCRO revela a frequência das representações sociais do grupo. A recorrência dessas expressões denota que a matriz de pensamento da turma já aponta para uma compreensão estrutural. Ademais, a saturação cromática sugere um agrupamento de categorias, evidenciando que as percepções sobre o privilégio e a estrutura social, embora heterogêneas, convergem para a identificação do racismo como um mecanismo de manutenção de assimetrias históricas.

Após a sistematização visual, propôs-se uma segunda camada de reflexão: "Observando estas palavras, elas descrevem sentimentos ou mecanismos sociais?". É imperativo ressaltar que tal provocação objetivou instigar a agência discente. Ao conectar o vocabulário cotidiano às categorias sociológicas, a oficina operou como um diagnóstico de percepção,

instrumentalizando os estudantes para que identificassem o racismo como um mecanismo social operante, passível de análise e transformação.

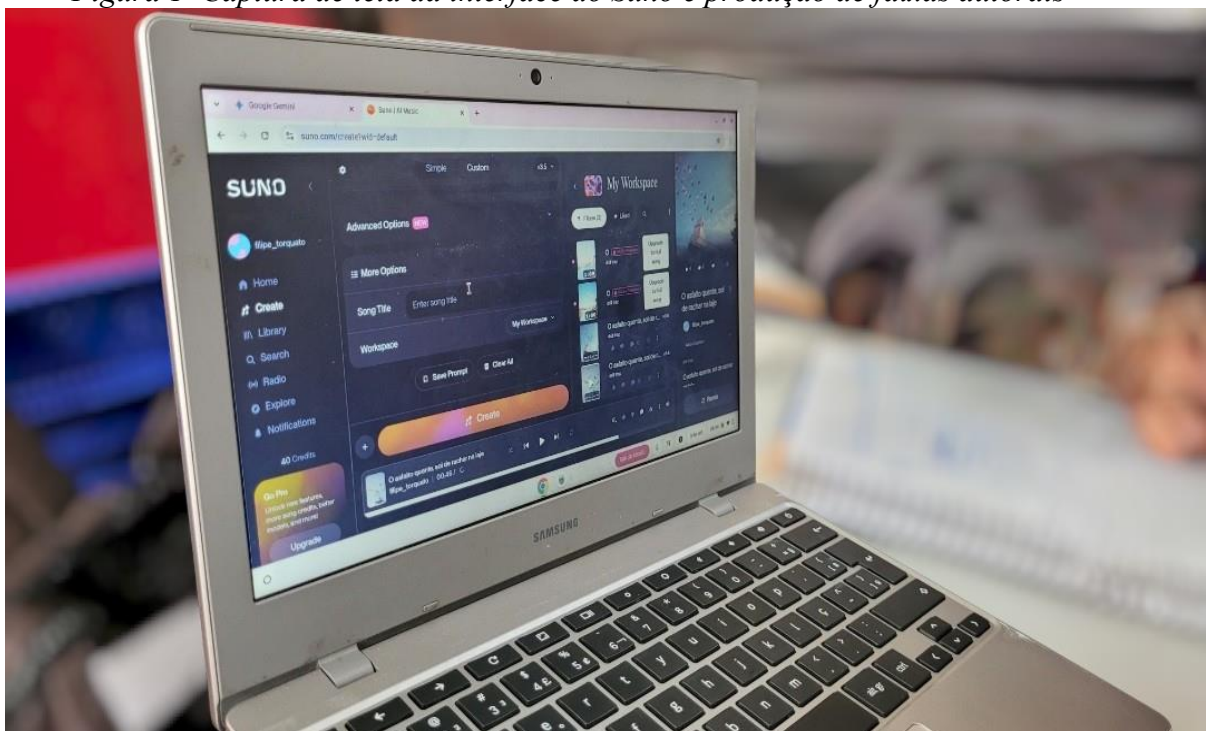
2) Oficina II: Identidade, Territorialidade e o Rap como cerne sociológico

Propôs-se o reconhecimento do rap como ferramenta legítima de leitura da realidade. Os estudantes realizaram uma curadoria musical para a "playlist da turma", selecionando artistas como Djonga, Racionais MC's, Emicida e Jorge Ben Jor. Após audição mediada e decodificação das letras, cada discente elaborou um fanzine e folhês representando as letras que desenvolveram de maneira individual, transpondo as percepções sociológicas para colagens e textos autorais.

3) Oficina III: Práxis Decolonial, Autoria e Interdisciplinaridade na Musicalização

Nesta fase, os estudantes organizaram-se em grupos para compor letras de Rap inéditas, utilizando o vocabulário sociológico depurado (racismo estrutural, pacto da branquitude). Para a materialização sonora, introduziu-se o aplicativo Suno⁴.

Figura 1 Captura de tela da interface do Suno e produção de faixas autorais



⁴ O Suno AI é uma plataforma de inteligência artificial generativa que emprega redes neurais para transformar descrições textuais em composições musicais. Neste relato, a ferramenta operou estritamente como suporte técnico para a materialização sonora, preservando-se a integralidade da autoria intelectual e poética dos discentes na elaboração das letras.

Fonte: Autora (2026)

A tecnologia foi suporte pedagógico para a criatividade, não substituta da autoria. Em diálogo interdisciplinar com a disciplina de Artes, os grupos elaboraram a identidade visual das obras (folders/capas de álbum). A intervenção culminou em uma "*playlist reversa*", composta integralmente por produções autorais.

Figura 2 Mosaico contendo os folders/capas de álbuns produzidos



Fonte: Autora (2026)

As três oficinas constituíram um ciclo pedagógico progressivo e interdependente. A Oficina I operou como diagnóstico das percepções discentes sobre o racismo; a Oficina II promoveu o reconhecimento do Rap como linguagem sociológica legítima e resultou na produção dos fanzines e capas de álbum registrados na Figura 3; e a Oficina III culminou na autoria coletiva de composições musicais mediadas por Inteligência Artificial.

Cada etapa alimentou a seguinte, de modo que o percurso metodológico como um todo configurou-se não apenas como coleta de dados, mas como intervenção pedagógica em si. Os registros produzidos ao longo desse processo [a nuvem de palavras, as faixas autorais e o mosaico visual constituem as fontes empíricas que sustentam a análise apresentada na seção seguinte.

ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados organiza-se em três blocos articulados, cada um correspondendo a uma dimensão específica da experiência pedagógica observada. Essa estrutura não é arbitrária: ela reflete a própria progressão metodológica das oficinas e permite que os dados sejam interpretados à luz dos referenciais teóricos que orientaram a intervenção.

O primeiro bloco examina os dados produzidos na Oficina I por meio do Mentimeter, tomando a nuvem de palavras como dispositivo sociológico de escuta sensível (Barbier, 2002) e fonte empírica para identificar as percepções discentes sobre o racismo. O objetivo central é verificar em que medida os estudantes compreendem o racismo como estrutura social ou como fenômeno restrito ao plano moral e individual, mapeando assim o ponto de partida subjetivo da intervenção.

O segundo bloco analisa as produções musicais da Oficina III, discutindo de que modo a apropriação da Inteligência Artificial pelos estudantes configurou um ato de resistência frente ao racismo algorítmico (Silva, 2022). A ênfase recai sobre o processo de autoria e sobre a ressignificação da tecnologia como instrumento de soberania digital e afirmação identitária.

O terceiro bloco interpreta o mosaico de capas de álbuns produzidas na Oficina II à luz do conceito de corpo-território (Petit, 2015), evidenciando como as escolhas estéticas dos estudantes constituem documentos sociológicos de afirmação identitária. Os três blocos dialogam entre si em uma lógica dialética de diagnóstico, intervenção e síntese, sustentando a tese de que a práxis pedagógica antirracista opera simultaneamente nos planos cognitivo, afetivo e simbólico.

O Diagnóstico das Subjetividades e a Ruptura do Silenciamento a intervenção pedagógica inicia-se pela decodificação da nuvem de palavras construída coletivamente pelos 44 discentes. O uso do aplicativo Mentimeter transcendeu a mera inovação técnica, consolidando-se como um dispositivo sociológico de escuta sensível (Barbier, 2002). O anonimato garantido pela interface digital permitiu a emersão de subjetividades historicamente silenciadas pela gramática escolar tradicional, ambiente que, não raro, atua na manutenção da "colonização do desejo".

Ao interpelar os discentes com a provocação central do racismo como engrenagem estrutural, a nuvem de palavras resultante materializou uma apreensão empírica contundente acerca da falácia do "Mito da Democracia Racial", conceituado por Florestan Fernandes (1975). Os vocábulos grafados pelos estudantes projetaram na tela a transmutação do racismo de uma

percepção circunscrita ao viés moralista e individual, para o reconhecimento de sua dimensão como estrutura basilar de poder e desigualdade.

Essa externalização coletiva marca a ruptura inicial do que Cida Bento (2002) elucida como o mecanismo psicossocial de autopreservação no qual pessoas brancas se aliam, de forma tácita e institucionalizada, para proteger seus interesses e privilégios raciais, promovendo o silenciamento sistemático das pautas e existências negras. O espaço da sala de aula, ao acolher essas manifestações sem filtros institucionais, permitiu que as engrenagens de exclusão fossem nomeadas. Além disso, a incidência de categorias lexicais associadas à segregação e ao sofrimento corrobora as formulações de Virgínia Leone Bicudo acerca da "consciência de cor". O mapa visual revelou que o ambiente escolar é permeado por tensões raciais latentes que impõem aos jovens negros e periféricos um contínuo adoecimento simbólico.

A tecnologia operou, portanto, como um espelho crítico e coletivo. Ao visualizarem suas dores e percepções individuais entrelaçadas na tela, os estudantes vivenciaram o primeiro estágio da autorrecuperação proposta por bell hooks (2017). A dor e a restrição interseccional deixaram de ser lidas como falhas pessoais para serem decodificadas como sintomas sociais patológicos (Kon, 2017, p.156), preparando o terreno cognitivo e afetivo para a inserção do Rap como práxis epistemológica nas etapas subsequentes.

Na “Subversão Algorítmica” e na “Práxis da soberania digital” (Figura 1) o movimento dialético subsequente materializa-se na Oficina III, onde a tecnologia deixa de ser apenas uma lente de diagnóstico (tese) e passa a atuar como ferramenta de intervenção estética (antítese). A análise das produções musicais elaboradas via inteligência artificial (Figura 1) revela que a apropriação do algoritmo pelos estudantes configurou um ato de subversão. Conforme alerta Tarcízio Silva (2022), o racismo algorítmico tende a reproduzir lógicas coloniais, ocultando saberes negros e periféricos. Contudo, ao imputar letras autorais repletas de denúncias sociais na interface do Suno, os discentes forçaram a máquina a processar e emitir a voz da periferia.

Neste sentido, os achados corroboram as premissas de Barbosa, Rosa e Totti (2021) e Corrochano e Ceriaco (2024), comprovando que o Rap instrumentaliza o letramento racial não de forma passiva, mas pela apropriação dos meios de produção simbólica. Os estudantes exerceram o que denominamos aqui de soberania digital: não foram consumidos pela tecnologia, mas a utilizaram para amplificar suas perspectivas críticas. Ao escutarem suas composições finalizadas, repletas de categorias sociológicas antes restritas ao vocabulário acadêmico, observou-se a consolidação material da autorrecuperação de bell hooks (2017).

A música gerada pela IA transformou-se no veículo de cura que legitima o sujeito negro enquanto intelectual orgânico do seu território. Este exercício de autoria dialoga centralmente com a obra "Irmãos do Inhamé", na qual bell hooks (2017) postula que a autorrecuperação é um ato político de resistência. Para hooks, a cura do sujeito negro em uma sociedade racista ocorre quando este rompe com a "morte simbólica" e retoma a soberania sobre sua própria narrativa.

Assim, ao ouvir a própria voz e história validadas pela estética do rap, o estudante não apenas produz um objeto artístico, mas inicia um processo de enfrentamento às feridas psíquicas causadas pela colonialidade, convertendo a sala de aula em um espaço de saúde e afirmação identitária.

A “materialização e a cosmovisão africana como a agência dos sujeitos” (Figura 2) por fim, é a síntese do processo pedagógico, que evidencia-se no mosaico de capas de álbuns produzidos pelo discente e em diálogo com Sacovicz (2023, que destacam a vitalidade das práticas pedagógicas situadas, a etapa de confecção visual demandou que a teoria sociológica ganhasse forma e cor. Ao mobilizar a estética Hip-Hop na elaboração dos folders, os estudantes materializaram o conceito de corpo-território postulado por Sandra Petit (2015).

A análise das capas evidencia escolhas semióticas que subvertem a estética eurocêntrica: os traços, as tipografias e as imagens selecionadas para representar os álbuns refletem o pertencimento urbano e o orgulho racial. A escola, ambiente historicamente associado à formatação de corpos dóceis e ao silenciamento, converteu-se na "roda" da Pretagogia. Cada imagem constitui um documento sociológico empírico de que as juventudes, quando devidamente amparadas por metodologias críticas, são capazes de converter a precariedade de sua condição social (o coronelismo urbano) em potência e agência epistemológica.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa-ação demonstrou que a inserção da Sociologia no ensino básico, quando balizada pela cultura Hip-Hop e pelas tecnologias digitais, possui o potencial de desarticular o racismo estrutural e romper com o mito da democracia racial no cotidiano escolar. O percurso metodológico estruturado em três oficinas permitiu não apenas diagnosticar as violências simbólicas sofridas pelos estudantes, mas oferecer-lhes um instrumental analítico e estético para o enfrentamento dessas opressões.

O uso ético e orientado da Inteligência Artificial comprovou que os aparatos tecnológicos podem ser subvertidos. Em vez de reproduzirem silenciamentos sistêmicos, operaram como amplificadores da soberania digital dos discentes, transformando dores individuais em narrativas coletivas de resistência. A articulação teórica entre a Pretagogia de Sandra Petit (2015), a análise estrutural de Florestan Fernandes (1972) e Cida Bento (2022), e o imperativo de autorrecuperação de bell hooks (2017), revelou-se um arcabouço robusto para a práxis pedagógica decolonial.

Conclui-se, portanto, que a escola só cumpre sua função democrática quando deixa de ser o palco da "morte simbólica" para constituir-se como território de cura identitária. A experiência relatada evidencia que as perspectivas críticas advindas das epistemologias periféricas, somadas à autoria discente mediada por tecnologias contemporâneas, são fundamentais para a construção de um letramento racial efetivo. Espera-se que este estudo dissemine a importância de metodologias que reconheçam o jovem negro e periférico não como objeto de compaixão sociológica, mas como legítimo produtor de saberes, cultura e democracia.

REFERÊNCIAS

BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Plano, 2002.

BARBOSA, E.; ROSA, T.; TOTTI, M. A. O Rap como ferramenta de leitura crítica da realidade social na escola. *Revista Brasileira de Educação Sociológica*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 45-60, 2021.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BICUDO, Virgínia Leone. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. Edição organizada por Marcos Chor Maio. São Paulo: Sociologia e Política, 2010.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA CERIACO, Michel da (Michel Yakini-Iman); CORROCHANO, Maria Carla. Rap e o movimento negro educador: juventude negra no protagonismo da Lei 10.639/03. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 269-284, jan./abr. 2024. DOI: 10.12957/riac.2024.73435.

Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riac/article/view/73435>. Acesso em: 04 abr. 2026..

DU BOIS, W. E. B. *As almas do povo negro*. Tradução de Alex Andrade. São Paulo: Veneta, 2021.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, F. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972

HOOKS, bell. *Irmãs do inhamé: mulheres negras e autorrecuperação*. Tradução de Fernanda Felisberto. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2017.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 601-614, jul./set. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201507140384>. Acesso em: 07 fev. 2026

KON, Noemi Moritz. A psicopatologia do racismo: brancos e negros no Brasil. In: KON, Noemi Moritz; ABUD, Cristiane Curi; SILVA, Maria Lúcia da (org.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017..

MOREIRA, Adilson José. *Racismo recreativo*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PETIT, Sandra Haydée. *Pretagogia: pertencimento, corpo-território e ancestralidade africana na educação*. Fortaleza: Edições UFC, 2015.

SACOVICZ, Rafael. Relações étnico-raciais e o ensino de sociologia: intervenção didática a partir das percepções discentes sobre a temática. 2023. 118 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

SILVA, Tarcízio. *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022.

SUNO INC. *Suno*: plataforma de criação musical por inteligência artificial. San Francisco: Suno Inc., 2024. Disponível em: < <https://suno.com> >. Acesso em: 10 de fevereiro de 2026.